

Programa nacional de segurança pública, Fundo Nacional de Segurança Pública

Tradicionalmente, a segurança pública é considerada responsabilidade dos estados e particularmente da Polícia Civil e da Militar. Diante do crescimento da criminalidade e da violência, o governo federal, os governos municipais e as organizações da sociedade civil têm participação crescente na formulação e na implementação de políticas de segurança pública e na discussão de estratégias para melhorar o desempenho da Polícia Civil e da Militar e aumentar a segurança dos cidadãos. O governo federal lançou o Programa Nacional de Segurança Pública e instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública. Diversos municípios do país criaram secretarias, conselhos e programas municipais, e os 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo constituíram o Fórum Metropolitano de Segurança Pública.

Programa nacional de segurança pública – O governo federal lança o Programa Nacional de Segurança Pública em junho de 2000, com 15 metas: combate ao narcotráfico e ao crime organizado; desarmamento e controle de armas; repressão ao roubo de carga e melhoria da segurança nas estradas; implantação do subsistema de inteligência de segurança pública; ampliação do programa de proteção a testemunhas e vítimas de crimes; redução da violência urbana; inibição de gangues e desordem social; eliminação das chacinhas e execuções sumárias; combate à violência rural; intensificação do Programa Nacional de Direitos Humanos; capacitação profissional e reaparelhamento da polícia; aperfeiçoamento do sistema penitenciário, aperfeiçoamento legislativo; implantação do sistema nacional de segurança pública.

Fundo Nacional de Segurança Pública – Para apoiar a atuação dos estados e dos municípios na melhoria da segurança pública e no aumento da segurança dos cidadãos, o governo federal criou o Fundo Nacional de Segurança Pública. De junho a dezembro de 2000, ele liberou 251 milhões de reais, que foram utilizados na aquisição de armas, veículos e equipamentos para a polícia e no treinamento de policiais em técnicas de policiamento ostensivo, investigação criminal, polícia comunitária e direitos humanos.

Em agosto de 2001, o governo federal assina convênios para liberação de 144,4 milhões de reais para o Distrito Federal e nove estados (Pernambuco, Amazonas, Goiás, Ceará, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Rio de Janeiro). No mesmo mês, em resposta às greves da Polícia Civil e da Militar em diversos estados do país, o governo federal condicionou a liberação de recursos do Fundo à adoção, pelos estados, de medidas para a integração e a melhoria do desempenho da Polícia Civil e da Militar e decidiu apoiar a emenda constitucional que atribui poder de polícia às guardas municipais.